FEMINICÍDIO: UM ESTUDO À LUZ DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER

Winston François da Silva¹

Fábio Lasserre Sousa Borges²

RESUMO

O presente estudo tem como temática as Políticas Públicas de proteção à mulher, principalmente às de redução do número de feminicídios. Sabe-se que o Feminicídio é descrito enquanto fenômeno social, o qual ocorre em todas as camadas sociais. Da mesma forma, é considerado de grande complexidade e do mesmo modo, os índices apenas se aproximam dos números de ocorrência, pois muitos casos são subnotificados ou nunca chegam ao conhecimento das autoridades. Considerando que a temática relativa ao Feminicídio desperta considerável interesse, sobretudo ao se considerar a tentativa de desqualificar as vítimas, sugerindo que o assassino poderia ter razão ao cometer o crime, fez-se necessário o estudo, o qual visa responder ao seguinte problema: sob a perspectiva das políticas públicas, qual a efetividade da legislação no que se refere ao Feminicídio? Dentre as hipóteses de pesquisa, ressalta-se que a hierarquia imposta pelo sistema patriarcal, consolidada enquanto meio de opressão, principalmente em relação à mulher, tornou-se um dos entraves socioculturais relacionados às políticas públicas de proteção. Diante de tal afirmativa, um dos objetivos do estudo foi identificar as políticas públicas de proteção à mulher e combate ao feminicídio e as fragilidades das atuais políticas públicas de proteção à mulher em vigor no Brasil. Destaca-se que foi escolhida a pesquisa bibliográfica para a realização do estudo, tendo como base teórica a legislação, doutrinas e demais textos que compõem a seara jurídica e seu espaço de aplicabilidade.

Palavras-chave: Feminicídio. Políticas Públicas. Mulheres. Efetividade.

¹ Graduando em Direito, pela Universidade de Rio Verde, Campus Caiapônia, GO.

² Orientador, Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, PUC - GO, possui especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Unida de Campinas, UNICAMPS, Pós-Graduado em Direito Público pela Universidade de Rio Verde - UniRV, possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Goiás (2010). Professor da Universidade de Rio Verde Campus Caiapônia.

1 INTRODUÇÃO

O Femicídio é um problema que atinge todas as camadas sociais, não escolhendo esse ou aquele grupo social. Revestido de grande complexidade, a qual se distancia dos números oficiais que trazem informações relevantes sobre os homicídios cometidos contra mulher, a temática Femicídio tem despertado grande interesse, principalmente quando se considera os discursos que visam desqualificar a vítima, comprovando a existência de grandes obstáculos a serem superados em relação à legislação em vigor. Assim, partindo dessa reflexão inicial, o presente estudo terá como tema o Femicídio, delimitando-se no estudo à luz da proteção à mulher por meio da aplicação da legislação pátria.

O feminicídio ocupa atualmente em vários estados o pódio dos crimes violentos, um percentual alarmante em comparação a uma vasta gama de crimes que são cometidos todos os dias no país. Em resposta ao clamor social e a grande incidência do crime em pauta, o Estado buscou efetivar mecanismos para diminuir sua ocorrência. Entretanto, ao se considerar os números de crimes contra a mulher, mesmo com a legislação um pouco mais rigorosa, questiona-se: Sob a perspectiva das políticas públicas, qual a efetividade da legislação no que se refere ao Femicídio?

Diante da problemática ora apresentada, levantou-se as seguintes hipóteses; I) A hierarquia imposta pelo machismo que historicamente se consolidou como forma de opressão familiar, principalmente às mulheres, torna-se entrave sociocultural às políticas públicas de proteção contra a violência. II) O modelo androcêntrico de organização sociofamiliar, estruturado de modo forma que seja possível manter a mulher em posição de submissão, tem sido utilizado para justificar o uso da violência contra essas, sendo o fenômeno recorrente em todas as camadas sociais. III) A análise dos números oficiais que tratam do feminicídio do Brasil evidenciam que o crime não seja somente resultado da violência de homens contra mulheres, mas demonstram a ineficiência da legislação, na garantia dos direitos fundamentais, além do reforço da denominada “supremacia” masculina nos contextos sociais, econômicos, sexuais, jurídicos, políticos e outros, realçando o discurso da desigualdade, subordinação e opressão sobre as mulheres. IV) Por mais a Lei Maria da Penha represente considerável avanço em relação às políticas protetivas, a legislação não tipificou o crime contra a mulher, o que retirou da lei seu caráter punitivo.

Embora a legislação tenha avançado no que se refere às medidas para proteger as mulheres, ou mesmo na tipificação dos crimes contra elas, existem lacunas que precisam ser melhor compreendidas, principalmente quando se trata do movimento que caracteriza uma espécie de naturalização dos crimes cujo fundamento seja a diferença de gênero. Os dados oficiais, relativos ao feminicídio são alarmantes, principalmente ao se considerar que desde a promulgação da Lei Maria da Penha e do mesmo modo, a Lei 13.104/2015, a violência contra a mulher, não apenas a decorrida no ambiente privado, passou a ser punida de forma mais vigorosa.

Sendo o feminicídio descrito como crime de ódio cometido em desfavor da mulher, em qualquer faixa etária, as quais se tornam vítimas simplesmente por serem mulheres, o presente estudo justifica-se pela necessidade de aprofundamento, tanto sob a ótica social, quanto pela jurídica, com a finalidade de trazer para a sociedade aspectos relevantes sobre a temática que, embora seja tema constante de pesquisa, ainda carece de aprofundamento.

Ademais, o tema voltado para o feminicídio tem sua importância pautada na emergência de se trazer para a academia um olhar científico, uma vez que a temática também fundamentará outros estudos a serem propostos no contexto jurídico, interessando à sociedade, de modo geral, e aos operadores do direito, de forma mais específica.

Com o estudo em proposição, espera-se que seja possível elucidar parcela das questões referentes à ineficácia das políticas públicas vigentes, no sentido de amparar e oferecer proteção à mulher contra os crimes caracterizados como feminicídio, além de contribuir de forma legítima com a ciência jurídica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FEMINICÍDIO: DO CONCEITO À TIPIFICAÇÃO

As violências contra as mulheres são descritas como parte de uma lista de agressões na qual se inserem a violência de caráter físico, sexual, psicológico e patrimonial, cuja continuidade pode resultar em morte por homicídio. No caso das mulheres, esse ato é denominado feminicídio. Na literatura jurídica destaca-se a existência de dois termos, femicídio e feminicídio como produto da violência, mas sendo o primeiro concomitante ao assassinato de mulheres, enquanto o segundo termo se refere ao assassinato ocasionado pelas condições de

gênero, ou mesmo pela negligência do Estado, sendo caracterizado como crime de lesa humanidade (LAGARDE, 2004).

Meneghel e Portela (2017) aduzem que:

O assassinato intencional de mulheres cometido por homens é a manifestação mais grave da violência perpetrada contra a mulher e, em sociedades patriarcais, a condição feminina é o fator de risco mais importante para a violência letal, embora possa haver maior incidência em mulheres que possuem condicionantes raciais, étnicos, de classe social, ocupação ou geracionalidade. (MENEGHEL; PORTELA, 2017, p. 3079).

Observa-se que historicamente, a sociedade baseada no patriarcado, considerava como natural que mulheres fossem rigidamente punidas, inicialmente pelos pais, depois pelos maridos. Isso criou uma cultura da violência contra a mulher, sendo vista como natural, uma vez que se tinha a ideia de que essa trazia em si a raiz do pecado que precisava ser extirpada. O homem, figura provedora do lar, exercia o pátrio poder e isso já justificava os arroubos violentos e os crimes cometidos em nome da honra, da moral e dos bons costumes (LAGARDE, 2004).

Historicamente, a violência contra a mulher a fez refém do espaço doméstico, sendo atemporal, ou seja, marcou toda a historicidade feminina, não se restringindo a uma época ou a um recorte cultural. Segundo descreve Dias (2007), desde as sociedades da Antiguidade Clássica, a autoridade exercida a partir do *pater família*, pautada na existência de um senhor absoluto, cujo poder seria incontestável, detendo o poder sobre a vida e a morte de sua mulher e sua prole. Não se restringindo aos laços consanguíneos, o *pater família* era também imposto aos servos e escravos que habitavam a residência.

Em resumo, sua vontade era a lei soberana e incontestável. O homem como papel de senhor absoluto de seus domínios perdurou através dos tempos e, ainda no Brasil Colônia, era permitido àqueles que surpreendessem sua mulher em adultério, matar o casal de amantes, previsto na legislação portuguesa. (DIAS, 2007, p.21).

Não obstante, de acordo com Cunha (2007) somente em 1830, mediante a quantidade absurda de crimes em favor da honra, é que o primeiro Código Penal Brasileiro passou a proibir a permissão de matar no caso de adultério. Entretanto, salienta-se que esse ainda se tornou atenuante, principalmente ao se qualificar o crime passional. Muito mais do que a necessidade de limpar a presumida “honra” do traído, a morte da mulher passou a ser uma justificativa para os assassinatos de esposas, filhas e até mesmo amantes. “[...] ainda se acreditava que a infidelidade da mulher feria os direitos do marido e que sua honra manchada somente se lavava com sangue da adúltera.” (CUNHA, 2007, p.82).

Salienta-se que a violência contra a mulher demonstra como o gênero, classe e etnia são envolvidas nas relações de poder. Isso significa que por muito tempo as relações seguiram a ordem patriarcal, não sendo diferente na sociedade brasileira, uma vez que a imposição do pátrio poder sobre a mulher tornou-se característica também das civilizações ocidentais, como já ocorria com as orientais. Sob o poder do patriarcado, ao homem coube o direito de dominar e controlar as mulheres, ao ponto de se tornar natural o uso da violência. (DEL PRIORE, 2014; CUNHA, 2007).

Ressalta-se que tanto a discriminação, quanto a violência contra a mulher, são fenômenos que permaneceram ocultos em meio ao crescimento da sociedade. No entanto, Del Priore (2014) destaca que a violência é característica das relações desiguais, sobretudo as de poder, entre homens e mulheres. Nesse sentido, de acordo com a autora mencionada:

Eles sempre tiveram seu espaço e valor reconhecidos na sociedade, ao passo que elas tiveram que lutar e até pagar com a vida pelo direito de estudar, trabalhar e votar enquanto espectro e pelo direito à igualdade. Sabe-se que essa dinâmica posta está diretamente relacionada com o moderno conceito de “violência de gênero”, que leva em conta não as diferenças biológicas, mas sim, as diferenças na dimensão social, que implicam nas desigualdades sociais, econômicas e no exercício do poder entre homens e mulheres. A violência contra a mulher não pode ser vista de forma isolada do contexto sócio-histórico da cultura da violência. (DEL PRIORE, 2014, p.71).

Devido a essa “cultura da violência” que imperou através dos séculos, de forma mais explícita ou não, e dado ao número de mulheres mortas pelos seus cônjuges ou pelos próprios pais, houve a necessidade de criar dispositivos capazes de garantir a segurança e diminuir os casos de violência de gênero.

2.1.1 Tipificação do feminicídio

Salienta-se que até a promulgação da Lei 13.104/2015 a violência e seus derivados não eram qualificados especificamente como crimes contra a mulher. No caso de homicídio, esse recebia o mesmo tratamento, sendo a vítima do sexo masculino ou feminino. Observa-se que a referida lei, promulgada em março de 2015 incluiu o feminicídio como qualificador do crime de homicídio, conforme previsto no Artigo 121, inciso VI do Código Penal.

Desse modo, o feminicídio passou a ser descrito como homicídio praticado contra a mulher em face à condição de sexo feminino. Não obstante, os incisos I e II do §2º-A do Código Penal, delimitaram quais seriam as razões de condição de sexo feminino para que a legislação

pudesse ter efeito. Do mesmo modo, classifica-se feminicídio como decorrente da “violência doméstica e familiar; e menosprezo ou discriminação à condição de mulher.” (BRASIL, 2015, s.p.).

A literatura jurídica dispõe que a principal consequência da inserção da qualificadora, se encontra no imediato aumento da lista de crimes considerados hediondos. Isso decorre, sobretudo, do Artigo 1º, inciso I da Lei 8.072/1990, o qual discorre sobre o crime de homicídio qualificado. (BRASIL, 1990). Ademais, há que se ressaltar que em sua maior parte, os homicídios de mulheres, diferentemente do que ocorre com homens, acontecem nos ambientes domésticos, resultante da violência em suas mais diversas formas, cujo ápice é a morte da vítima.

2.2 FEMINICÍDIO E A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência é descrita como um fenômeno histórico, com viés cultural, que se sustentam socialmente, sendo utilizada como reforço das relações de controle e/ou poder. Sobre a violência contra a mulher, Santos e Izumino (2015) afirmam que:

[...]resultado de uma ideologia de dominação masculina que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres. [...] uma ação que transforma diferenças em desigualdades hierárquicas com o fim de dominar, explorar e oprimir. A ação violenta trata o ser dominado como “objeto” e não como “sujeito”, o qual é silenciado e se torna dependente e passivo. (SANTOS; IZUMINO, 2015, p. 149).

Compreende-se que a violência contra a mulher seja produto das construções que foram sendo cristalizadas, referentes, principalmente, à ideia de masculino e feminino. Além disso, considera-se que os conceitos de diferença e desigualdade são fenômenos que ocorrem no contexto social, não sendo biologicamente determinados (VIANA; SOUSA, 2014).

Observa-se que a naturalização da violência contra mulher encontra respaldo no fato de que a cultura é responsável pelo estabelecimento sobre como os homens e mulheres devem ser. Vale lembrar dos discursos postos socialmente de que o homem é o provedor do lar, não pode manifestar emoções, tampouco chorar, ao passo que a mulher deve ser a cuidadora, tanto do lar, quanto da prole, são papéis estereotipados fundamentados na cultura (TONELLI, 2012).

Santos e Bussinguer (2017) discorrem que ao se discutir a naturalização da violência contra a mulher é preciso que se considere as construções sobre gênero e sexualidade. Isso decorre do fato de que meninos e meninas são tratados de forma diferente, alimentando a ideia de que o homem precisa se sobrepor à mulher, legitimando a violência como forma de mantê-la subjugada.

Desde cedo a sociedade passa a tratar meninas e meninos de forma diferente, atribuindo valores e desafios diferentes para cada um, diferenciações sustentadas em razão do sexo, o que é feito de uma forma bastante naturalizada, a fim de criar na sociedade a cultura de que homens e mulheres, em razão de suas diferenças biológicas, possuem comportamentos e características sociais diferentes. Constrói-se, então, a ideia de que os meninos – e, conseqüentemente, os homens – são mais fortes, mais práticos, menos emocionais, menos cuidados, mais violentos e impulsivos (e tudo isso é retirado arbitrariamente das características femininas). (SANTOS; BUSSINGUER, 2017, p. 3).

Por sua vez, Oliveira, Costa e Sousa (2015), reforçam que a violência contra as mulheres é histórica, pois provém da consideração de que seja necessária para a manutenção da relação subordinação-dominação. Nesse sentido, a partir da ideia de que homem e mulher precisam exercer papéis distintos, considerados essenciais para o funcionamento da sociedade, a violência tornou-se um meio aceito para que o equilíbrio familiar, assim como o social possa se manter.

Quando se trata do feminicídio, a naturalização da violência contra a mulher assume contornos ainda mais graves, pois há uma aceitação contundente de que o homem, ainda que seja criminalizado quando comete, tenha razão em querer matar. Infelizmente isso decorre do fato de que culturalmente, ainda existe a ideia de que o feminino deve se submeter ao masculino, que homem é o provedor, dominante, enquanto a mulher precisa aceitar com bom grado seu lugar de submissão (SOUSA, 2017).

A naturalização tem o mesmo peso que a banalização da violência. Em algumas sociedades, os crimes de honra ainda predominam e disso decorre a naturalização, ou seja, torna-se natural o exercício do poder, mesmo que isso resulte na morte das mulheres. Por outro lado, a banalização ocorre quando, mesmo que os crimes contra a mulher sejam hediondos, a sociedade permita o discurso de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, “ah, mas com essa roupa, ela estava pedindo...” e outras justificativas que tentam retirar a gravidade do feminicídio (BEZERRA; ROMEIRO, 2020).

2.2.1 Tipos de Femicídios

De acordo com Pasinato (2011), o conceito de feminicídio a partir de alguns estudos, precisa ser melhor definido. Para tanto, a autora estabeleceu uma forma de identificá-lo. Observa-se que a maior dificuldade em relação ao feminicídio, se encontra justamente na falta de dados oficiais capazes de permitir analisar os verdadeiros índices de mortes de mulheres que se encaixariam na ocorrência de feminicídio.

Pasinato (2011) reforça que ao se tratar dos países da América Latina, grande parte das pesquisas efetivadas demonstram a insuficiência de indicadores, pois esses se mostram de forma isolada. Ainda que os mapas da violência contra a mulher sejam capazes de dimensionar os dados, a eficácia desses para o dimensionamento de políticas protetivas e de combate à violência contra a mulher esbarram nas subnotificações, ou seja, nos casos em que a mulher é assassinada, mas não é possível determinar se tenha sido feminicídio.

Nesse sentido, segundo reforça Rodrigues (2016):

Diante da problemática, tem sido adotada uma tipologia no intuito de demonstrar que, não obstante a causa das mortes em muito possa ser atribuída à discriminação baseada no gênero, as particularidades de cada uma refletem as diversas experiências femininas em sociedade, fazendo deste um conjunto mais complexo e heterogêneo do que a princípio possa parecer. (RODRIGUES, 2016, p. 32).

Conforme a classificação utilizada por Rodrigues (2016), os feminicídios podem ser enquadrados em três categorias. Os feminicídios íntimos são aqueles cometidos por homens que têm ou tiveram algum tipo de relacionamento com as vítimas. Assim conforme mencionado por Rodrigues (2016):

São aqueles cometidos por homens com os quais a vítima possui ou possuiu uma relação íntima, familiar, de convivência ou afins. Incluem-se nesta categoria os crimes cometidos por parceiros exclusivamente sexuais ou por aqueles com quem a vítima tem ou teve outras relações interpessoais, tais como maridos, companheiros ou namorados. (RODRIGUES, 2016, p. 32).

Considerando os índices da violência, ressalta-se que a doméstica é a que mais atinge as mulheres e com muita frequência resulta em morte. Ademais, compreende-se a grande constância de homicídios classificados como feminicídio íntimo. De tal forma impactante, toda a família sofre quando a mulher é assassinada pelo companheiro e principalmente a prole sofre o processo de revitimização decorrente da morte da mãe e enquadramento do pai como homicida.

Por sua vez, os feminicídios não íntimos são os cometidos por homens sem que haja relacionamento íntimo da vítima com seu agressor, ou mesmo com familiares. Nesse sentido, entende-se que tal tipo, não decorre da convivência doméstica, mas resulta das relações de confiança, de trabalho ou amizade. Não obstante, segundo Rodrigues (2016):

Esta categoria pode ser subdividida em dois grupos – feminicídios não íntimos e feminicídios sexuais – conforme a vítima tenha ou não sido violentada sexualmente, algo muito comum nesta espécie. Há quem considere que feminicídios sexuais são uma forma de terrorismo que reforça a dominância masculina e rende todas as mulheres à sensação de insegurança contínua. (RODRIGUES, 2016, p. 35).

São grandes os números de vítimas de feminicídio não íntimos, principalmente os que envolvem crimes sexuais. A exemplo disso, a notícia veiculada na mídia sobre uma jovem estudante da Unicamp encontrada assassinada com mais de 28 facadas no dia 17 de maio de 2022, demonstra os riscos que as mulheres correm constantemente. De acordo com o relato da amiga que encontrou o corpo, a estudante não mantinha nenhum relacionamento amoroso e segundo a polícia, o crime foi cometido após a moça ter sido violentada e os sinais comprovam que a vítima sequer conhecia seu agressor. (JOVEM PAN NEWS, 2022).

Os denominados feminicídios por conexão, são aqueles decorrentes da intervenção de uma mulher para impedir que outra seja morta, fazendo com que se tornem também uma vítima. “Por sua natureza, desnecessária a existência de vínculos entre o agente e a vítima para caracterizá-lo, os quais podem ser até desconhecidos.” (RODRIGUES, 2016, p.35).

A classificação do feminicídio somente evidencia o quanto a mulher se encontra exposta à violência de gênero. Há um viés social que tornou o feminicídio algo constante, relativizado e naturalizado nos grupos sociais. Isso demonstra que a violência contra as mulheres se tornou um fenômeno generalizado e por mais que existam políticas públicas e legislações, ainda é mais presente a tentativa de culpabilizar a vítima, nos discursos que são parte do cotidiano feminino, tais como “com esta roupa, ela estava pedindo isso...”, “mas também vivia saindo todas as noites...”.

Para Rodrigues (2016) esse tipo de comportamento da sociedade não leva em consideração que os agressores podem ter algum distúrbio, buscando justificativas na própria forma como a historicidade masculina foi sendo concebida ao longo do tempo, baseada no patriarcado e no machismo cada vez mais evidenciado. Destarte, a autora ressalta que ao negar que a mulher é vítima e não a causadora da violência, a verdadeira dimensão do problema é ocultada. Segundo Rodrigues (2016), é preciso, antes de tudo, cumprir com a desarticulação

dos discursos nos quais a violência contra a mulher é legitimado, pois esse ato ocorre de forma privada, o que não torna seu caráter social ainda mais evidente.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO À MULHER E COMBATE AO FEMINICÍDIO

Para a repressão à violência contra a mulher, o Brasil conta com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, cujo objetivo central se encontra no estabelecimento de conceitos, princípios, diretrizes e ações capazes de prevenir e combater as situações nas quais impera a violência contra as mulheres. A PNEM visa também garantir os direitos das mulheres em situação de violência e suas medidas são baseadas nas convenções e instrumentos internacionais de Direitos Humanos (BRASIL, 2011).

A mencionada política se estruturou a partir do que foi disposto no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM. Esse documento se baseou na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, ocorrida em 2004, sob a responsabilidade do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Ressalta-se que o problema da violência contra a mulher, principalmente no contexto doméstico, alcançou números endêmicos e mediante as consequências, tanto psíquicas, quanto socioeconômicas, foi necessária a promulgação de uma legislação específica, de modo a ser possível reduzir a violência doméstica ou familiar contra as mulheres. Assim, a Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha, como ficou conhecida, impôs que os crimes passassem a ser julgados pelos Juizados Especializados em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (BRASIL, 2006).

Dentre outras conquistas importantes, vale citar: a categorização dos tipos de violência doméstica, que pode ser física, sexual, patrimonial, psicológica e moral; a proibição da aplicação de penas pecuniárias aos agressores; e a determinação de encaminhamentos das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social. (BRASIL, 2011, p. 14).

Considerando os documentos norteadores das políticas públicas voltadas para a proteção da mulher, observa-se que no Brasil, os estudos sobre os impactos da violência contra as mulheres têm se ampliado. A partir dos registros sobre o número de feminicídios, as políticas públicas passaram a ser subsidiadas, iniciando com o diagnóstico socioeconômico, passando

para a repressão, a partir da adoção de medidas mais impactantes cuja finalidade é educar e, do mesmo modo, coibir os atos de violência.

A Lei n.º 13.104/15 objetivou dar um nome jurídico – feminicídio – a uma conduta que expressa a morte violenta com características ou contextos especiais que, em geral, não são observadas em homicídios masculinos. Assim sendo, nominar juridicamente o assassinato de mulheres (ainda que, por óbvio, seja necessário atentar-se às circunstâncias caracterizadoras do crime) reflete o reconhecimento político-jurídico de uma violência específica que é também uma violação aos direitos humanos das mulheres. (RODRIGUES, 2016, p.52).

Evocando-se o conceito de violência contra as mulheres, constituído por Scott (2014), entende-se que seja um fenômeno multifacetado, o qual se remete às próprias constituições socioculturais da sociedade, ao mesmo tempo em que se encontra movido pelas questões étnico, raciais, de classe e geração.

Mediante o exposto, compreende-se a necessidade de políticas nas quais persista a atuação em conjunto, inicialmente para que a existência da problemática relativa à violência seja reconhecida e depois, para que todos os setores agreguem ações voltada para a garantia integral da proteção às mulheres, primeiramente em vulnerabilidade e depois, em situação de violência doméstica ou familiar.

Muito se fala em enfrentamento, sendo esse um termo integrante da PNEVM e se refere, principalmente, à concepção de políticas capazes de conseguir coibir e repreender a violência contra as mulheres em todos os seus âmbitos. Por enfrentamento, entende-se a união dos diversos setores envolvidos nessa questão. Nesse sentido, as ações possuem como objetivo “[...]desconstruir as desigualdades e combater as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres, além de interferirem nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira.” (BRASIL, 2011, p. 25). Assim, observa-se que a noção de enfrentamento não apenas combate, mas se volta para a prevenção, assistência e garantia dos direitos das mulheres.

Salienta-se que mesmo que a legislação não impacte de forma tão significativa nos índices de violência de gênero, ela pode incentivar e materializar políticas públicas eficazes e efetivas na proteção da mulher. Isso significa demonstrar que há um olhar mais cuidadoso em relação ao machismo dominante, por mais que seja algo historicamente instituído e até mesmo inserido na cultura. Segundo Rodrigues (2016), a complacência do Estado com a violência de gênero, somente comprova a necessidade de inserção do tema no âmbito jurídico com leis e políticas mais duras.

Ao tipificar a conduta feminicida, o Estado brasileiro demonstra que não está alheio a um problema estrutural e endêmico a que todas as mulheres brasileiras estão sujeitas, pois inseridas em uma sociedade que viola seus corpos e sua vida em nome de um discurso misógino pautado na inferioridade. (RODRIGUES, 2016, p. 69).

Obviamente existem as mais diversas críticas às leis e políticas públicas que se encontram em vigor no país, mas há que se ressaltar que o contexto jurídico possui um caráter discursivo e de tal modo, ao se determinar de forma expressa o que seja o feminicídio, confere-se a ele o reconhecimento de sua existência, bem como a necessidade de combatê-lo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar sob a perspectiva das políticas públicas, qual a efetividade da legislação no que se refere ao Feminicídio.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conceituar e tipificar o feminicídio, considerando seu viés histórico e jurídico.
- Discorrer sobre o feminicídio e a naturalização da violência contra a mulher.
- Identificar as políticas públicas de proteção à mulher e combate ao feminicídio e as fragilidades das atuais políticas públicas de proteção à mulher em vigor no Brasil.
- Analisar a efetividade da legislação no que se refere ao Feminicídio.

4 METODOLOGIA

De modo geral, o método nada mais é do que o trajeto a ser percorrido pelo pesquisador para a execução de sua pesquisa. O método de abordagem pode ser dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Nesse sentido, a pesquisa sobre o feminicídio e a violência contra a mulher teve como método o Hipotético-Dedutivo. A escolha deste, se

justifica por ser aquele que parte de um problema, propõe algumas hipóteses e a partir daí, busca evidências capazes de comprovar ou refutá-las. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A classificação das pesquisas ocorre quanto à natureza, aos objetivos e aos procedimentos de coleta de dados. Assim, quanto à natureza, a pesquisa foi básica, uma vez que irá gerar conhecimento, bem como compreender os fenômenos que o regem (ÁVILA-PIRES, 2007). Em relação aos seus objetivos, a pesquisa foi explicativa, uma vez que, de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.53), “visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.”

No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi bibliográfica, baseada em estudos realizados por outros pesquisadores, assim como em leis, jurisprudências, doutrinas e outras fontes que poderão conferir legitimidade ao estudo. Por fim, quanto à abordagem do problema, a pesquisa será qualitativa, pois não será baseada em dados quantificáveis.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O feminicídio é o termo utilizado para qualificar o homicídio cometido contra mulheres, sendo descrito como um delito em razão do gênero feminino. Conforme os estudos de Greco (2017), compreende-se que o feminicídio seja um crime baseado no ódio, discriminação e ou menosprezo pela mulher e geralmente está envolto em casos de violência doméstica e familiar. Ressalta-se que a violência contra a mulher tem caráter histórico e por isso, se relaciona ao sistema patriarcal, em um modelo no qual a opressão contra a mulher é justificada, legitimada e consolidada na sociedade.

Segundo Meneghel e Portela (2017), o assassinato de mulheres, nada mais é do que a fase mais alta da violência e comumente os casos de violência doméstica culminam na morte das vítimas. Mediante uma sociedade que pouco ou nada evoluiu em relação ao patriarcado, a condição feminina tornou-se fator de risco e os dados oficiais demonstram que, embora sejam registrados muitos casos nos quais as mulheres pretas e pobres sejam vítimas, esse tipo de violência independe de raças, etnias ou classes sociais.

De acordo com Dias (2007), a violência contra a mulher pode ser classificada como histórica e de tal forma, não se restringe a uma época, sendo sustentada pela sociedade incapaz de admitir que a mulher possa exercer seu direito à liberdade, sobretudo nos relacionamentos amorosos. Del Priore (2014) destaca que a violência contra a mulher tem estreita relação com

a necessidade masculina de subjugar e manter o poder. Em nome do patriarcado, coube ao homem o direito de dominar e controlar as mulheres, a ponto de tornar natural os atos de violência contra elas.

Além do modelo androcêntrico de organização sociofamiliar construído sistematicamente para que a mulher fosse mantida em uma posição de submissão, a violência tem se tornado um fenômeno recorrente, ocorrendo nas mais variadas camadas sociais. Isso se comprova a partir do discurso de Del Priore (2014), o qual deixa claro que os homens sempre tiveram seu espaço reconhecido em sociedade, mas à mulher coube o papel de lutar pelo direito ao trabalho, educação, saúde e até mesmo à própria vida.

Mediante o alarmante índice de violência contra a mulher, emergiram do Estado as Políticas Públicas de enfrentamento e diante da necessidade de combater de forma mais dura os arroubos masculinos, a Lei Maria da Penha foi promulgada. No entanto, a partir das análises das doutrinas, compreende-se que a legislação não tem representado efetividade, pois, segundo Santos e Izumino (2015), a razão do grande número de ocorrências se dá porque o feminicídio tornou-se um fenômeno que naturalizou a violência contra a mulher.

Esse processo tem encontrado respaldo no fato de que a cultura ainda aceite, ainda que de forma não tão explícita, que o homem detenha o pátrio poder. Não obstante, entende-se que a Lei Maria da Penha tenha protegido uma parcela das vítimas de violência, mas os dados e os casos ainda são subnotificados ou mesmo não são enquadrados como feminicídio. Oliveira (2015) alerta para o fato de que a falta de efetividade da legislação se comprova no fato de que muitos dos crimes de feminicídio são descritos como mortes que poderiam ser evitadas se a vítima denunciasse e as medidas protetivas fossem acompanhadas de outras que realmente pudessem manter o agressor distante.

Ademais, concorda-se com Oliveira (2015) quando discorre que a compreensão de que os crimes contra a mulher poderiam ser evitados, responsabiliza, não somente o Estado, mas toda a sociedade, pois comprova-se que houve falha na proteção da vítima. Compreende-se que por mais que o feminicídio tenha sido tipificado, na intenção de penalizar os homicídios cometidos contra mulheres, os executores da lei ainda não conseguiram alçar o objetivo maior que é evitar, inibir e combater o assassinato das mulheres, principalmente as vítimas de violência doméstica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, o Femicídio passou a ser descrito como um fenômeno social, de ordem pública, com efeitos impactantes na organização da sociedade. O que se compreende é que se trata de um delito complexo, pois, além de ser subnotificado, reflete que os grupos sociais ainda se encontram fortemente arraigados na ideologia do patriarcado, segundo a qual, a mulher deve ser tratada como um objeto de submissão e não enquanto sujeito de direitos.

Mediante esse cenário, o estudo realizado teve como tema o Femicídio e as políticas públicas de proteção à mulher. Em relação aos crimes com maior número de ocorrência, o feminicídio representa um índice alarmante e de tal modo, suscita fortemente o clamor social e diante disso, o Estado buscou viabilizar políticas públicas protetivas. Nesse sentido, a pesquisa questionou se a legislação é efetiva quando se trata dos crimes contra a mulher.

Ao discorrer sobre o feminicídio e a naturalização dos crimes contra a mulher, observou-se que mesmo com a evolução da sociedade, a mentalidade social se pauta no patriarcado, no qual a mulher, primeiramente precisa ser submissa ao pai e depois, ao cônjuge. Ainda que a ida para o mercado de trabalho tenha representado importante passo na inserção social feminina, a mulher precisa exercer múltiplos papéis, não apenas em família, mas diante dos grupos sociais. Isso faz com que o homem tenha a pretensão de suprimir os direitos da esposa, principalmente quando ocorre o fim do relacionamento. Mas os crimes cometidos contra as mulheres não ocorrem somente ao final da relação, grande é o número de homicídios por motivos fúteis, até mesmo por uma casa desarrumada ou uma refeição que atrasou.

Embora o clamor social pela justiça nos casos de Femicídio, essa mesma sociedade é a que naturaliza os crimes cometidos pelos cônjuges. Ainda que de forma velada, a honra do marido precisa ser preservada e quando ocorre um homicídio a tendência dos grupos sociais é buscar motivos que desqualifiquem a vítima, elevando as justificativas do homem para tal cometimento.

Dentre as políticas públicas de proteção à mulher e combate ao feminicídio, a que mais se destaca atualmente no ordenamento jurídico brasileiro é a Lei Maria da Penha, a qual prevê sanções mais rigorosas nos casos em que se configure violência doméstica contra a mulher ou feminicídio, qualificado a partir do conceito de crimes de gênero. Não obstante, entendeu-se que ainda existem fragilidades significativas em relação à proteção à vítima de violência doméstica, pois mesmo com a emissão de medidas protetivas, não há como garantir que o homem, se sentido lesado e ofendido, se aproxime da vítima de forma furtiva e leve a termo

suas intenções. Além disso, observou-se que a própria sociedade e quem faz cumprir as leis precisa de mudança de mentalidade, uma vez que ao mesmo tempo que anseia pela punição, os grupos sociais se compadecem do agressor e não da vítima.

Em tese, a legislação protetiva demonstra eficácia e na prática há que se reconhecer que muitas vidas foram salvas e preservadas a partir da aplicação de seus dispositivos. No entanto, vê-se também que mesmo diante das medidas protetivas, o agressor encontra meios de se aproximar da vítima, o que poderia ser mudado se houvesse uma política de distanciamento real, capaz de assegurar à mulher que o agressor não teria meios de uma nova aproximação. Por vezes, a mulher denunciou o marido agressor, mas por motivos variados não seguia adiante. Com as inovações originadas na Lei Maria da Penha, não há como a vítima retirar a queixa, possibilitando que o processo siga em frente. No entanto, a dependência financeira e afetiva de muitas mulheres faz com que a lei perca a efetividade, pois o silenciamento em relação às agressões dificulta a ação da polícia.

Por fim, no tocante a pesquisa compreende-se que objetivos foram alcançados e que mediante o quadro de violência contra a mulher e os índices de Femicídios, as políticas públicas são efetivas, mas esbarram na morosidade e até mesmo na displicência em conduzir algumas intervenções que poderiam representar uma nova chance de vida para as mulheres, sobretudo em relação à violência vivenciada no âmbito doméstico.

*FEMINICIDE: A STUDY IN THE LIGHT OF PUBLIC POLICIES TO
PROTECT WOMEN*

ABSTRACT

The present study has as its theme the Public Policies for the protection of women, especially those aimed at reducing the number of femicides. It is known that Femicide is described as a social phenomenon, which occurs in all social strata. In the same way, it is considered of great complexity and likewise, the indexes only approximate the occurrence numbers, as many cases are underreported or never come to the attention of the authorities. Considering that the theme related to Femicide arouses considerable interest, especially when considering the attempt to disqualify the victims, suggesting that the murderer could have been right in committing the crime, the study was necessary, which aims to answer the following problem: under From the perspective of public policies, what is the effectiveness of legislation with regard to Femicide? Among the research hypotheses, it is emphasized that the hierarchy imposed by the patriarchal system, consolidated as a means of oppression, especially in relation to women, has become one of the sociocultural obstacles related to public protection policies. Given this statement, one of the objectives of the study was to identify public policies to protect women and combat femicide and the weaknesses of current public policies to protect women in force in Brazil. It is noteworthy that the bibliographic research was chosen to carry out the study, having as theoretical basis the legislation, doctrines and other texts that make up the legal field and its scope of applicability.

Keywords: Femicide. Public policy. Women. Effectiveness.

REFERÊNCIAS

- AVILA-PIRES, F. D. Por que é básica a pesquisa básica. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 505-506, Dec. 2007.
- BRASIL. Presidência da República. Lei N. 8.072, de 25 de julho de 1990. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 de julho. 1990. Não paginado. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm> Acesso em 10 out. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria Mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 de ago. 2006. Não paginado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm . Acesso em 10 set. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 09 de março. 2015. Não paginado. Brasília, DF; 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/L13104.htm. Acesso em 10 out. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres, 2011. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contraviolencia/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres>> Acesso em 15 out.2021.
- CUNHA, R. S. *Violência Doméstica – Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006) Comentado artigo por artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.
- DEL PRIORE, M. *Sobrevivente e Guerreiras*. São Paulo: Editora Planeta, 2014.
- DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na Justiça*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- FERRARI, T. A. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 2012.
- JOVEM PAN. *Aluna da Unicamp é assassinada com 28 facadas em São João da Boa Vista*. Jovem Pan, 17 de maio de 2022. Não paginada. Disponível em <<https://jovempan.com.br/noticias/brasil/aluna-da-unicamp-e-assassinada-com-28-facadas-em-sao-joao-da-boa-vista.html>> Acesso em: 18 maio 2022.
- JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.
- LAGARDE, M. *Por La vida y La libertad de las mujeres*. Fin al femicidio. El Dia, V., fevereiro, 2004.

MENEGHEL, S.N; PORTELLA, A.P. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. *Revista Ciênc. saúde colet.* 22 (9). Set 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/?lang=pt>> Acesso em 10 out. 2021.

PASINATO, W. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, jul./dez. 2011. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/262654331_Femicide_and_the_death_of_women_in_Brazil> Acesso em: 18 maio 2022.

OLIVEIRA, A.C.G.A.; COSTA, M.J.S.; SOUSA, E.S.S. Femicídio e violência de gênero: aspectos sóciojurídicos. *TEMA - Revista Eletrônica de Ciências*, v.16, n.24/25, p.21-43, 2015.

RODRIGUES, A.S.C. Femicídio no Brasil: uma reflexão sobre o direito penal como instrumento de combate à violência de gênero. Monografia de Graduação em Direito. UFF, 2016. Disponível em <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/4840/ANNELISE%20SIQUEIRA%20COSTA%20RODRIGUES%20-%20FEMINIC%20CDDIO%20NO%20BRASIL.pdf;jsessionid=5A3180F1642CDA1A2575E7C001913B02?sequence=1>> Acesso em: 10 maio 2022.

ROMEIRO, N. L.; BEZERRA, A. C. A naturalização da violência contra a mulher e a trajetória da criminalização da violência sexual no Brasil. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/159390>. Acesso em 03 nov. 2021.

SANTOS, C.M; IZUMINO, W.P. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. São Paulo: FAPESPE, 2015.

SANTOS, R. B.; BUSSINGUER, E. C. A. *A cultura do estupro e o poder disciplinar nos corpos femininos na perspectiva foucaultiana*. Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2015.

SCOTT, J. *Gender and the politics of history* New York, Columbia University Press, 2014.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, T.T.L. Femicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista. *Ex aequo*, v.34, p.13-29, 2017. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.34.02>. Acesso em 5 nov.2021.

TONELLI, M. J. F. Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal. *Revista de Ciências Humanas*, 51(1), 174-193, 2012.

VIANA, B. G.; SOUSA, M. S. Estresse pós-traumático: uma abordagem baseada em evidências. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462003000500014>> Acesso em 20 out. 2021.